

ANCX ANC J. d.

Coluna do Castello

Inspirações e base de Sarney

Numa reunião social, presentes ministros de Estado, ministros do Supremo Tribunal, políticos, embaixadores e alguns jornalistas, discutia-se o papel do presidente José Sarney e da Constituinte no futuro do país. A tese dominante era a de que o Brasil estaria no limiar de uma decisão final sobre seu destino, se continuará progredindo para tornar-se uma grande nação, com a melhoria dos padrões de vida do seu povo, ou se deixará que se sobreponham à vontade geral os sintomas de regressão que estariam implícitos nas crises econômicas e institucionais que se projetaram a partir de 1981.



O sentimento geral era o de que tudo deveria ser feito para que não se perca esse momento e se tomem as decisões adequadas a alimentar as esperanças nacionais. Mas generaliza-se também a impressão de que o país está carente de lideranças em todos os setores da sua vida — na política, na administração, na economia, na gestão financeira, no empresariado, cujas entidades de classe são pouco representativas, no operariado, esse último apresentando como fato novo os primeiros ensaios de liderança.

Dizia-se por exemplo que o atual governo carece de quadros que tenham visão global dos problemas e que saibam operar setorialmente em função de uma estratégia. O presidente José Sarney, por herança, por injunções políticas ou por personalismo, teria constituído um ministério pobre, no qual poucos se destacam. E o governo, como um todo, estaria carente de um equacionamento estratégico dos problemas e das soluções que se impõem, estando constrangido a disputar na Constituinte seja a duração do seu mandato, seja a manutenção do sistema presidencialista de governo, seja a ampliação da anistia.

Filho de um estado sem expressão econômica, sem a cobertura de um grande partido, pois o PMDB como que apenas o recolheu na roda sem jamais oferecer-lhe afeição espontânea e vigorosa, o presidente tem seu destino vinculado à solidariedade das Forças Armadas, que permanecem numa discreta tutela sobre a inacabada transição. Os militares, aliás, pelo que se sabe, têm poucas exigências, embora algumas que contrariam a vocação progressista da Constituinte. O que eles querem é não mexer na anistia, não introduzir o parlamentarismo e evitar certas medidas sociais que possam agravar os conflitos que detectam entre pobres e ricos. Eles não são contrários à reforma agrária, mas a desejariam mais próxima do Estatuto da Terra do que movida pela imissão imediata na posse.

Tal quadro explica a intervenção, aliás legítima, do presidente da República na elaboração da nova Carta. Sua cobrança de solidariedade a princípios de cuja permanência depende a estabilidade do regime tem fontes sociais e militares. Nisso tudo ele estará menos defendendo o prazo de seu mandato do que advertindo para as condições indispensáveis à consolidação do regime cuja lei básica está sendo discutida. O sr Ulysses Guimarães terá igualmente suas razões para moderar e compor as diversas correntes congressuais de modo a evitar a predominância de grupos sobre o trabalho coletivo. O presidente do PMDB é, como se sabe, um homem de centro avesso a soluções radicais.

O relator Bernardo Cabral, que tem suas veleidades de refletir no anteprojeto algumas opiniões pessoais, esteve sob pressão de grupos do seu partido e do próprio presidente da República para que se componha com os interesses dominantes.

Reforma agrária, segundo Antônio Callado

Do escritor Antônio Callado recebi a seguinte carta:

"Todos escrevem cartas a você, também vou escrever a minha. Escrevo-lhe exatamente uma carta sobre terra, a nossa terra, inspirado em outra carta que você publicou hoje, assinada pelo deputado Roberto Cardoso Alves. Quando pessoas como o deputado Cardoso Alves — ou o senador Roberto Campos, ou o líder da UDR, Ronaldo Caiado — escrevem hoje sobre terra, estão escrevendo nos mesmos termos, quase nas mesmas palavras que usavam os fazendeiros brasileiros quando escreviam, até 1888, sobre escravidão. A lei da Abolição, libertando o escravo mas não libertando, para redistribuí-la, a terra, não acabou com a escravidão no Brasil. Mudou-se, apenas, de lugar. A terra, no Brasil, continua escrava. Não creio estar exagerando na minha formulação. No seu artigo "Da Comissão ao Presidente" (JB 29/9/86) nosso comum amigo Afonso Arinos escrevia, com lapidar simplicidade: "As favelas de hoje são como as senzalas de ontem." A diferença, naturalmente, é que os escravos das senzalas vinham da Costa d'África. Os de hoje são apanhados no interior do Brasil mesmo. Poupa-se a viagem.

Estou escrevendo a você, Castello, entre a cruz e a caldeirinha, isto é, entre a carta do deputado e os rumores de guerra civil que me chegam da Rocinha, meio vizinha aqui do Leblon, e os que me vêm, mais distantes, do Morro Dona Marta, em Botafogo. A Rocinha e a Dona Marta existem hoje em todas as cidades do Brasil. Já estamos divididos, os brasileiros, em duas nações. O êxodo rural vai nos levar à guerra urbana. Se tivéssemos alterado, na Constituição de 1946, um único dos seus artigos, para permitir a desapropriação da terra sem pagamento prévio e em dinheiro, teríamos feito uma Constituição mais útil que essa que vamos pensosamente parindo agora.

Aceite o abraço do seu amigo a) Antônio Callado."

Carlos Castello Branco